

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE IMAGENS NO DISCURSO DA IMPRENSA ESCRITA PIAUIENSE

João Benvindo de Moura
Universidade Federal do Piauí
Renato de Mello
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a relação entre *ethos* e *pathos* na construção de discursos veiculados pelo Jornal Meio Norte, noticiário de circulação em todo o estado do Piauí, durante o ano de 2008, considerando suas especificidades e peculiaridades regionais, constituídas mútua e polemicamente em torno de alguns editoriais. A partir de trabalhos de autores contemporâneos, como Maingueneau (2005) Amossy (2005) e Charaudeau (2007), são analisadas as principais construções discursivas que visam a persuadir ou convencer os leitores acerca da verdade que os jornalistas desejam passar, isto é, a ideia sobre a qual o orador deseja que seu auditório reflita e acolha. A análise revela que as representações de si são evocadas a partir de uma ação reflexiva na qual a negação do outro é a afirmação do eu enunciativo. Nos discursos analisados, a emoção funciona como uma representação social, originando-se numa “racionalidade subjetiva”.

PALAVRAS-CHAVES: Discurso. Retórica. Argumentação. Imprensa.

RÉSUMÉ: Cet article a comme but l'analyse de la relation entre *ethos* et *pathos* dans la construction des discours véhiculés par le *Jornal Meio Norte*, un quotidien de la région du Piauí, pendant l'année 2008. Pour autant, on y prend en compte ses conditions spécifiques et régionales, constituées mutuellement et polémiqument autour de certains éditoriaux. A partir des études d'auteurs contemporains tels que Maingueneau (2005) Amossy (2005) et Charaudeau (2007), on analyse quelques constructions discursives qui visent à persuader ou convaincre les lecteurs à propos de ce que les journalistes veulent y passer, c'est-à-dire, l'idée sur laquelle le locuteur propose à son auditoire comme réflexion. L'analyse révèle que les représentations de soi sont évoquées à partir d'une action réflexive dans laquelle la négation de l'autre est l'affirmation du 'je' qui énonce. Dans les discours analysés, l'émotion est perçue en tant que présentation sociale, qui surgit dans une «rationalité subjective».

MOTS-CLÉS : Discours. Rhétorique. Argumentation. Presse

1. INTRODUÇÃO

Os estudos em Análise do Discurso realizados nos últimos anos têm focalizado a relação que se estabelece entre a linguagem e o meio no qual ela é produzida. Levando em conta essa perspectiva, pesquisadores têm buscado explicitar os diferentes usos da linguagem para veicular “discursos”, ou seja, formas de ver e expressar o mundo, bem como as experiências a partir de uma perspectiva específica. De acordo com Moura (2007), os discursos são, pois, lugares de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos, identitários, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas.

Nesse sentido, percebe-se a dualidade entre linguagem e sociedade, na medida em que

uma tem influência sobre a outra, pois recorre-se ao sistema da língua para expressarem-se relações sociais entre as pessoas, ao mesmo tempo que se constituem essas relações sociais através das variadas formas em que a linguagem pode se manifestar. Partindo dessa constatação, procuramos um contexto que oportunizasse analisar como a linguagem é utilizada para estabelecer relações bidirecionais entre as pessoas.

Com esse intuito chegamos à mídia, uma vez que a linguagem da mídia é utilizada numa situação social de comunicação, com papel relevante na difusão das relações e mudanças sociais e culturais. Por outro lado, atualmente o domínio da mídia é muito amplo, pois inclui televisão, jornal, revistas, rádio, internet etc. Dentre esses, tomamos o jornal impresso como objeto de estudo por este englobar um variado conjunto de textos associados a tipos específicos de informação, conteúdo, forma e objetivos comunicativos: publicidade, notícias policiais, notas sociais, editoriais. Os objetivos de cada um desses gêneros estabelece que cada um tenha uma forma específica de estabelecer a comunicação com o leitor. Percebendo que cada gênero em particular poderia ser um rico material de análise, optamos por analisar aquele que demonstrasse, de forma mais explícita, marcas de persuasão, o editorial. Esse gênero congrega elementos, ou melhor, especificidades que são importantes, quando se deseja conhecer um pouco mais sobre linguagem e como argumentos são construídos com o intuito de persuadir o leitor de uma maneira específica dentro do universo midiático.

Esse gênero tem por função apresentar a posição de cada jornal sobre assuntos que estão em voga no noticiário do momento, tendo por objetivo cooptar leitores para que criem naquelas posições adotadas. A abordagem do gênero editorial pode ser relevante, na medida em que a análise dos recursos empregados por editorialistas para persuadir o leitor, pode trazer uma discussão mais crítica sobre os discursos veiculados pela mídia, servindo de ponto de referência para a produção e leitura mais eficientes de textos.

Na feitura do editorial, no entanto, o enunciador constrói imagens de si e dos outros no intuito de legitimar seus pontos de vista. Tais estratégias visam à adesão dos leitores a partir de afinidades emotivas suscitadas. Estão lançados, portanto, todos os elementos para um estudo sobre a retórica.

2. A retórica aristotélica

De acordo com Aristóteles (1998, p.48) a retórica é “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”. O estudo da retórica está diretamente ligado à argumentação uma vez que se trata de duas categorias estreitamente relacionadas. Para Reboul (1998), “... a retórica é anterior à sua história, e mesmo a qualquer história, pois é inconcebível que os homens não tenham utilizado a linguagem para persuadir”. (REBOUL, 1998, p.1). Delegamos aqui este mesmo caráter à argumentação, pois acreditamos que, assim como a retórica, a *argumentação* começou a ser praticada no instante em que o homem lançou mão da comunicação e da linguagem no mundo.

Para entender melhor o que seria a argumentação em nosso trabalho, buscamos auxílio em Perelman & Olbrechts-Tyteca (2005:50), que definem a argumentação como um *ato* que visa à adesão de outrem às teses que lhes são apresentadas. No desenvolvimento desse raciocínio, os autores advertem que a verificação do sucesso de determinada argumentação depende dos objetivos estabelecidos pelo orador ao elaborar suas asserções retóricas:

A intensidade da adesão que se tem de obter não se limita à produção de resultados puramente intelectuais, ao fato de declarar que uma tese parece mais provável que outra, mas muitas vezes será reforçada até que a ação, que ela deveria desencadear, tenha ocorrido. (PERELMAN & OLBRECHTS- TYTECA, 2005, p.54)

O ponto de partida desse estudo, no que concerne ao quadro teórico, são as provas retóricas (de persuasão) ou argumentos. Tais categorias se dividem em três: o *ethos* (persuasão pela imagem de quem fala/orador), o *pathos* (persuasão pelas paixões suscitadas no ouvinte/auditório) e o *logos* (persuasão por meio do raciocínio demonstrado pelo discurso). Essas provas são combinadas no discurso, no sentido de obter a persuasão, que é o fim pretendido pela prática argumentativa. Tomemos as duas primeiras, individualmente, para melhor entendê-las.

A característica essencial do *ethos* são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar. O orador enuncia uma informação, e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo. Desse modo, a eficácia do *ethos* se deve ao fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação, sem estar explícito no enunciado:

Não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... [...] É na qualidade de fonte da enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não. (DUCROT, 1987, p. 207).

Ao contrário do que se possa imaginar, essa noção de *ethos* não diz respeito apenas, como na retórica antiga, à eloquência judiciária ou aos enunciados orais: é válida para qualquer discurso, inclusive para o escrito, ao qual nos dedicamos neste trabalho. Com efeito, o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito. Maingueneau (2005) avança em seu desdobramento teórico a respeito do *ethos*:

O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir 'fisicamente' a um certo universo de sentido. O poder da persuasão de um discurso decorre em boa medida do fato de que leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados. (MAINGUENEAU, 2005, p.73).

O autor chama a atenção para o fato de que qualquer discurso escrito possui uma vocalidade específica que se manifesta por meio de um *tom*: este *tom* indica quem o disse, permitindo relacioná-lo a uma fonte discursiva e determinar o "*corpo do enunciador*" – e não do autor efetivo: "*a leitura faz emergir uma origem enunciativa, uma instância subjetiva encarnada que exerce o papel de fiador*" (MAINGUENEAU, 2005, p.72).

Com base em indícios textuais, o leitor constrói a figura do *fiador* que se investe de um caráter e de uma corporalidade. Estes, por sua vez, apóiam-se em estereótipos sociais, ou seja, em representações sociais valorizadas ou desvalorizadas. Neste caso, o *ethos* não pré-existe à enunciação, uma vez que é por seu próprio enunciado que o fiador deve legitimar sua maneira de dizer. Diferentemente do que acontece na abordagem clássica, aqui o enunciador não é um ponto de origem estável, que se expressaria desta ou daquela maneira. É nesse sentido que Maingueneau afasta-se da concepção de *ethos* como *procedimento* ou como *estratégia*, na medida em que, para ele, os conteúdos não pré-existem à cena de enunciação que eles assumem: o fiador legitima sua maneira de dizer por seu próprio enunciado e a cena de enunciação é, simultânea e paradoxalmente, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra: "São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem" (MAINGUENEAU,

2005, p.77-78).

Para Amossy (2005) não se pode separar o *ethos* discursivo da posição institucional do locutor, nem dissociar totalmente a interlocução da interação social como troca simbólica (no sentido de Bourdieu). A passagem do sujeito falante como ser falante ou “ser do mundo” para o locutor como pura instância de discurso se efetua por uma série de mediações. “A imagem de si construída no discurso é constitutiva da interação verbal e determina, em grande parte, a capacidade de o locutor agir sobre seus alocutários.” (AMOSSY, 2005, p. 137).

Conforme afirmamos na introdução, o *pathos* se refere às emoções que, por sua vez, se originam de uma racionalidade subjetiva porque, de acordo com a fenomenologia, emanam de um sujeito do qual se supõe ser fundado de intencionalidade. De acordo com Charaudeau (2007), são orientadas em direção a um objeto imaginado já que este objeto é extirpado da realidade para se tornar um real significante. A relação entre esse sujeito e esse objeto se faz pela mediação de representações. É pelo fato das emoções se manifestarem em um sujeito em função de alguma coisa que esse sujeito se faz representar enquanto tal. Digamos que seja por isso que essas emoções podem ser ditas representacionais. A piedade ou o ódio que se manifesta em um sujeito não é o simples resultado de uma pulsão, nem se mede somente como uma sensação de excitação, como um aumento de adrenalina. A emoção pode ser percebida na representação de um objeto em direção ao qual o sujeito se dirige ou busca combater. E como estes conhecimentos são relativos ao sujeito, às informações que ele recebeu, às experiências que ele teve e aos valores que lhe são atribuídos, pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças.

Estas crenças “se apoiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso da justificação que instala um sistema de valores erigidos em forma de norma de referência”. Logo, essas crenças testemunham, ao mesmo tempo, uma relação de “desejabilidade” que o grupo social empreende com sua experiência da cotidianidade e um tipo de comentário de inteligibilidade que é produzido sobre o real, uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. É nesse sentido que se pode dizer que uma morte não vale uma morte do ponto de vista de seu efeito patêmico. De acordo com quem a vivencia – médico, soldado, amigo, parente ou telespectador – a mediação representacional varia fazendo também com que se varie o efeito emocional. (CHARAUDEAU, 2007, p. 241).

Quando a emoção é suscitada pelo discurso político, há que haver uma análise mais apurada. A fala do discurso político é uma fala que, de um lado, circula no espaço público e, de outro, se inscreve em uma cena política. Uma fala que circula no espaço público é uma fala que é lançada sem que se tenha domínio dos efeitos que ela produzirá, mas com a suposição racional de que ela será interpretada de diferentes maneiras. Analisá-la nos conduz, então, a nos interrogar sobre o seu endereçamento, a situação de comunicação, o dispositivo de troca, o objetivo da persuasão, etc.

A partir dessa reflexão podemos declarar que a emoção não pode ser tratada da mesma maneira conforme a circulação da fala em um espaço privado ou em um espaço público, até porque, esse espaço público pode ser estruturado de diversas maneiras em diferentes “cenas discursivas” (científicas, jurídicas, religiosas), em meio às quais se encontra a cena política que se diferencia, apesar do que alguns preconizam, da cena publicitária e da cena midiática, mesmo que usufruam das vantagens uma das outras.

Em termos gerais podemos afirmar que a cena política se caracteriza por um dispositivo que é posto a serviço de uma expectativa de poder. Esta última coloca em presença instância política e uma instância cidadã. Para Charaudeau (2007), a instância política está toda direcionada a um agir sobre o outro que deve ser acompanhado de uma

exigência de submissão do outro, o que explica que essa tensão seja orientada em direção à produção de efeitos.

Quando o discurso político se instaura através de uma instância midiática, entra em cena o espaço público. Charaudeau (1997) considera que há na informação midiática uma clara intenção de transbordamento emocional como uma forma de socialização da intimidade. Nesse efeito de patemização, a vida privada invade a representação do espaço público, e o princípio da pertinência está aqui ainda mais ligado ao princípio de influência e à finalidade de captação, do que à finalidade de informar. A instância midiática seleciona formas de dizer que evidenciam o particular, tornando-o de interesse público. O editorial é um espaço onde se materializa essa pretensão.

3. Perfil do Jornal Meio Norte

O Piauí tem hoje três jornais de circulação estadual. O mais antigo é o jornal O Dia, criado em 1951. Em seguida aparecem o jornal Diário do Povo e o Jornal Meio Norte, existente desde 1995, o mais recente noticiário impresso do estado. Apesar de seu pouco tempo de existência, esse veículo de imprensa foi pioneiro no estado em uma série de inovações tecnológicas e mercadológicas, além de se tornar o periódico de maior abrangência nas cidades do interior.

O público do jornal Meio Norte é o mesmo de seus concorrentes: classe média e alta, uma minoria que tem condições e interesse de comprar jornais todos os dias. Possui uma tiragem diária em torno de dez mil exemplares, a maior do estado. Neste veículo, procura-se transmitir uma ideia de valorização do que é da terra, na intenção de assumir uma proximidade com o público leitor. O jornal circula com 24 páginas mais os classificados. A editoria de política geralmente ocupa as páginas A3 e A4 do primeiro caderno. Há uma coluna, chamada de Opinião, com pequenas notícias e comentários da jornalista Elisabeth Sá. Há também pequenas notícias distribuídas no alto de algumas páginas. A diagramação segue um padrão no qual o título da primeira matéria da página possui uma fonte maior, que vai diminuindo nas notícias posteriores. As pautas da editoria alimentam-se unicamente da política local, sendo que assuntos de relevância nacional ficam em uma seção à parte.

No período analisado (ano de 2008), por ser um ano eleitoral, a maior parte das notícias deu enfoque aos acontecimentos políticos: filiações e desfiliações, pesquisas, coligações, dissolução de partidos, denúncias de compra de votos, etc. No tocante aos editoriais publicados em 2008, 53% tratam de problemas sociais, 39% referem-se a acontecimentos políticos e apenas 8% abordam temas gerais como saúde, cultura, esportes, etc.

O jornal vale-se do discurso autorizado para legitimar suas pautas. Dificilmente vê-se o depoimento de cidadãos comuns, e sim o de governantes, parlamentares, presidentes de associações e diretores de órgãos diversos. Heterogeneidade mostrada, através da qual o veículo procura dar credibilidade às declarações. As fotografias reforçam esta proposta, uma vez que sempre retratam as autoridades entrevistadas, normalmente no momento em que falam e em ângulos pouco variados. Em “Supremo Tribunal rejeita Denúncia contra Ciro Nogueira” (3 de abril de 2008) a fonte são os próprios autos do processo, utilizados para a descrição do caso.

Algumas matérias são claramente advindas de releases (“SASC inaugura Complexo da Cidadania”, 17 de janeiro de 2008; “Festa do peixe projeta resultados da aquicultura”, 4 de abril de 2008). Em outras, nota-se a presença de uma única fonte durante todo o texto, como se ele fosse construído em cima de apenas um discurso ou coletiva do entrevistado (“Projeto de Piscicultura é sucesso no município”, de 2 de abril de 2008, que gira em torno do deputado federal Osmar Júnior).

Para efeito de análise, propriamente dita, escolhemos três editoriais publicados respectivamente em 12 de março, 22 de setembro e 9 de dezembro de 2008.

4. Análise e discussão dos dados

O editorial de 12 de março de 2008, publicado na página 2, tem como título: “A delinquência do MST” e refere-se às constantes ações da entidade na luta pela reforma agrária e contra os produtos transgênicos. No primeiro enunciado do texto, pode-se perceber através da seleção lexical o uso do termo “invasão” ao invés de “ocupação”, termo geralmente utilizado pelos integrantes do MST. Tal escolha reflete nitidamente os pontos de vista sobre os quais cada uma das partes constrói a sua argumentação.

O editorial denuncia ainda que o MST age com violência insana e não sofre nenhuma repressão por parte da polícia, sendo ainda abastecido por financiamentos governamentais o que estaria caracterizando uma ação terrorista institucional. Afirma que a produção de alimentos nos assentamentos é ínfima e que o movimento se posiciona na contramão da história ao se dizer contrário às pesquisas sobre melhoramento genético. Por fim, acusa o movimento de estar produzindo atentados contra a democracia e a ordem estabelecida com a conivência do estado.

Este é o tipo de fenômeno que, como desdobramento da retórica tradicional, podemos chamar de ethos: por meio da enunciação revela-se a personalidade do enunciador. Para caracterizar o MST o enunciador utiliza os seguintes adjetivos: violento, insano, destruidor, antidemocrático, ilegítimo, ilegal, carcomido, fracassado, improdutivo e delinquente. Por conseguinte, considera-se o oposto de tudo isso.

O enunciador assume claramente os *ethé* de saber, competência, experiência em matéria de política agrícola e econômica, habilidade, seriedade, virtude, defensor da ordem, da legalidade e do progresso. Enquanto outros veículos de comunicação publicaram a razão da posição contrária do MST à produção de alimentos transgênicos, tendo em vista a ausência de estudos que garantam a segurança da saúde humana, da biodiversidade e do meio ambiente, o editorial afirma apenas que o Movimento é contrário à pesquisa sobre o melhoramento genético de plantas e, portanto, contra os avanços tecnológicos.

opinião

→ **Quarta-feira**
TERESINA, 12 de março de 2008

A delinquência do MST

➤ O Movimento dos Sem Terra (MST) tem promovido uma série de invasões a propriedades de empresas privadas, como a Vale do Rio Doce e a Monsanto. Com um padrão de violência insana, os militantes destroem o que vêem pela frente, fazem reféns e interrompem as atividades empresariais. Não há notícia de que a polícia tenha agido com rigor para desocupar as instalações e prender os invasores.

O padrão adotado por este movimento, que tem apoio político e financeiro do governo, não pode ser considerado normal, tampouco democrático. Se uma empresa faz pesquisas genéticas para melhoramento de sementes, os sem terra simplesmente invadem campos experimentais, destruindo-os, por discordarem “ideologicamente” das pesquisas. Para eles, sua ação é legítima e legal. Não é uma coisa nem outra. Trata-se de crime e como tal deveria ser tratado.

Em vez de ser punido e aliado, o MST segue cevado por verbas oficiais dos programas de reforma agrária. Irrigada com dinheiro público, sua cultura de violência e confronto com a legalidade se espalha por assentamentos, nos quais se produz mais uma ideologia carcomida e fracassada do que alimentos e outros produtos agrícolas. Há nos assentamentos pouco produtivos evidentes fiascos na lavra da terra.

Inaceitável que o Estado se comporte com espetacular o-

➤ **Reação**
A força usada pelo MST em suas ações pode e deve ser respondida com a força do Estado contra a sua delinquência

missão diante das ações reiteradas do MST contra a propriedade privada, a pesquisa agrícola de melhoramento genético de plantas, bloqueio de estradas e, em particular, sua briga com a Vale do Rio Doce. Em todos esses atos existe ilegalidade, mas há claramente a proteção àqueles que os cometem. A força usada pelo MST em suas ações pode e deve ser respondida com a força do Estado contra a sua recalcitrante delinquência.

Uma das medidas mais fundamentais contra esse estado de coisas é cortar os financiamentos públicos para uma organização que prega a violência como forma de luta política. Num sistema democrático o espaço para as disputas está claramente estabelecido em eleições, no Judiciário, Legislativo e no próprio Executivo, onde as forças contrárias se debatem dentro do espírito de civilidade e de acordo com normas constitucionais e legais definidas.

Se os líderes e integrantes do MST preferem a violência como forma de enfrentamento àqueles que pensam e agem contrariamente a eles, não podem ser classificados se não como delinquentes. Para que sejam levados a sério e respeitados, primeiro devem comportar-se dentro do que estabelece o ordenamento jurídico em vigor no país, criado, por mais que o MST não queira, por uma normalidade democrática há muito estabelecida no Brasil.

O que é mostrado neste editorial, sem nenhum comentário, provoca também uma forma de pathos, despida de qualquer marca de afetividade – e isso justamente na medida em que os fatos relatados infringem, de modo ostensivo, todas as normas e valores reconhecidos tanto pelo leitor implícito, quanto pelo locutor. Ao fazer uma descrição seca e factual da atuação do MST, o editorialista, por sua vez, não deseja se identificar com os latifundiários. A compreensão disso faz apelo a um sentimento moral, que se liga a um julgamento de valores, no caso, a indignação.

É preciso enfatizar a singularidade desse pathos tomado no sentido aristotélico do termo como sendo a capacidade de mobilizar os sentimentos do auditório em favor de uma tese. Trata-se de um pathos em estado bruto, na medida em que o discurso que provoca a indignação é desprovido de marcas de afetividade. Quanto menos a emoção se inscrever verbalmente, tanto mais forte ela se tornará aos olhos do leitor. Assim, no editorial acima, as marcas de afetividade são tão discretas quanto possível.

O segundo editorial escolhido foi publicado em 22 de setembro de 2008 e tem como título “Eficiência policial”. Nele, o enunciador faz uma série de reflexões acerca do papel e da importância do aparato policial, bem como de seu alijamento do rol das políticas públicas em detrimento de outras demandas como saúde e educação. Defende a existência de uma polícia técnica cuja tarefa seja a de trabalhar para que crimes possam ser evitados e esclarecidos.

Percebe-se um claro desejo de projeção do ethos da competência, aquele que exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber e habilidade: o enunciador deve revelar conhecimento profundo do domínio particular sobre o qual constrói o seu discurso, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos. Pretende-se qualificar o veículo de comunicação como detentor de um saber social e político capaz de formar a opinião dos leitores e garantir a adesão dos mesmos.

Opinião

→ Segunda-feira
TERESINA, 22 de setembro de 2008

Eficiência policial

Dois serviços públicos essenciais – saúde e educação – costumam merecer a atenção de especialistas e do público em geral em discussões e exigências constantes sobre qualidade e aprimoramento. O mesmo não se dá em relação à segurança pública, da qual as pessoas costumam se lembrar apenas após o crime.

Exige-se um trabalho eficiente da polícia e dos policiais, mas não se discute com profundidade a questão da qualidade do serviço prestado.

Como resultado da pouca preocupação com a qualidade dos serviços públicos de segurança, tem-se situações extremas, como de civis mortos em confrontos de bandidos com a polícia ou de prisões arbitrárias, sem fundamento legal ou tecnicamente imperfeitas. Tudo isso tem custo social alto, além de pôr em risco as finanças públicas por ações judiciais por dano moral individual ou coletivo.

Rotinas policiais antiquadas, falta de treinamento, corregedorias contaminadas pelo corporativismo e falta de apoio médico-psicológico aos policiais podem ser enumeradas como algumas das deficiências mais comuns a todas as corporações policiais do país. A isso se somam os salários incompatíveis com o risco a que os profissionais se submetem, só torna pior o que já é ruim.

→ Brasil

O país, hoje, precisa rediscutir a ação policial para tornar a segurança pública um serviço mais eficiente

O país precisa rediscutir a ação policial para tornar a segurança pública um serviço mais eficiente. O ponto fundamental dessa nova abordagem é ver o policial como um técnico do serviço público, cuja tarefa é a de trabalhar para que crimes sejam evitados e esclarecidos. Sua tarefa não é a de produzir dor, sofrimento ou cadáveres, mas de proporcionar tranquilidade às pessoas que recolhem impostos para financiar esse trabalho.

Quando policiais passarem a pensar e agir como técnicos e a polícia melhorar as suas rotinas, ampliando sua eficiência, provavelmente teremos uma redução do número de operações policiais desastrosas. Inadmissível que haja tantos erros na ação da polícia, inclusive equívocos que podem livrar a cara de bandidos por imprecisões em inquéritos ou procedimentos investigatórios.

Se o país avançar rumo a uma polícia mais profissional, integrada em todos níveis, melhor equipada e com policiais mais treinados e motivados, seguramente estará a caminho de reduzir os erros, de combater eficazmente o crime e ampliar a possibilidade do Ministério Público e da Justiça trabalharem para manter presos bandidos de todos os tamanhos.

Ao dissertar sobre a problemática da eficiência policial o enunciador lança mão de

argumentos que visam a suscitar a emoção dos leitores em diversos trechos. O primeiro deles relata situações extremas, como de civis mortos em confrontos de bandidos com a polícia ou de prisões arbitrárias, sem fundamento legal ou tecnicamente imperfeitas. Tenta construir, portanto, um estado de comoção no imaginário social com vistas a uma adesão das principais forças da sociedade no intuito de expandir a atividade de comunicação. Num segundo momento, o discurso lista as agruras porque passam os policiais em serviço, como falta de apoio médico-psicológico e salários incompatíveis com o risco a que se submetem. A argumentação termina por afirmar que a principal tarefa da polícia não é a de produzir dor, sofrimento ou cadáveres, mas de proporcionar tranquilidade às pessoas que recolhem impostos para financiar esse trabalho.

Por fim, o editorial do dia 9 de dezembro de 2008 traz como título “Demagogia econômica”. Refere-se a um projeto de lei do então presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que proíbe a demissão de empregados cujas companheiras estejam grávidas. O enunciador classifica a proposta como demagógica, onerosa e impraticável, tendo em vista que poderia incentivar o “luxo” de as famílias terem mais filhos. Assegura que a mesma até poderia ser implantada em países como Itália e Canadá cuja expansão demográfica entra em curva de queda, mas nunca no Brasil. Finaliza apontando a necessidade de projetos que desonerem as folhas de pagamento de salários, o que poderia contribuir para o surgimento de mais postos de trabalho. Verifica-se a necessidade de evocação dos *ethé* de credibilidade que, por conseguinte, não estão ligados à identidade social do sujeito. Eles são, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito enunciador, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-los dignos de crédito. O enunciador revela-se o arauto da competência econômica e trabalhista, além de porta-voz de empresas que exigem cada vez mais a diminuição de impostos sob o pretexto de, com isso, gerarem mais postos de trabalho. Dentro dos *ethé* de credibilidade estão o *ethos* de seriedade, virtude e competência.

Mais uma vez a intenção é declarar-se detentor de saber e poder para criticar e formar opinião no intuito de obter adesão de patrocinadores, leitores, anunciantes, enfim, da sociedade como um todo. Tal patrimônio, faz da imprensa, cada vez mais um poder consolidado e disposto a interferir na política e, por conseguinte, nos destinos do país.

Opinião

 **Terça-feira**
TERESINA, 9 de dezembro de 2008

Demagogia econômica

Desde 1988, quando constituintes pretendiam resolver todos os problemas sociais e econômicos do país, a partir do assentamento das propostas de soluções no texto constitucional, tem sido recorrente no Parlamento brasileiro o surgimento de projetos demagógicos, que somente contribuem para transmitir insegurança jurídica às empresas, ampliar o custo do emprego e aumentar as tensões entre empregadores e empregados.

A última grande demagogia econômica foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que acatou um projeto de lei proibindo a demissão de empregados cujas companheiras estejam grávidas. O autor de mais essa dispendiosa e contraproducente idéia é o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que espera sua aprovação pelo Senado.

Pela proposta, se o trabalhador comprovar a gravidez da mulher, o patrão não poderá dispensá-lo de forma arbitrária

Má idéia

Pela proposta, se o trabalhador comprovar a gravidez da mulher, o patrão não poderá dispensá-lo de forma arbitrária durante o período de 12 meses

durante o período de 12 meses. Parece uma medida boa. Não é, porque onera as empresas e pode criar até a discriminação contra trabalhadores mais jovens e com casamentos recentes. A medida seria até compreensível se fosse feita na Itália, Canadá ou qualquer país onde a expansão demográfica entra em curva de queda, nunca num país como o Brasil, cujas taxas de natalidade e fertilidade, apesar de reduzidas, ainda não permitem o luxo de se incentivar as famílias a terem mais filhos, sobretudo quando a legislação nesse sentido é punitiva às empresas.

O deputado Chinaglia diz que sua preocupação ao apresentar o projeto era com as crianças e as famílias. Melhor se ele se preocupasse com o emprego dos pais, propondo mecanismos que desonerassem as folhas de pagamento de salários, o que certamente faria com que houvesse mais postos de trabalho para pais de famílias com mulheres grávidas ou não.

Ao relacionar o projeto ao risco de aumento da taxa de natalidade, o enunciador estabelece uma relação interdiscursiva com outras notícias que denunciam a suposta contribuição de alguns projetos assistenciais do governo federal, como o auxílio natalidade, para o aumento da quantidade de filhos em famílias residentes nas regiões mais pobres, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Tal estratégia discursiva visa a suscitar as emoções do público leitor ao criar no imaginário social as lembranças de crianças pobres e abandonadas, além do alto índice de mortalidade infantil nessas regiões.

5. CONCLUSÃO

A construção do ethos do jornal se dá a partir de representações sociais. No caso dos editoriais do Jornal Meio Norte, o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam no grupo empresarial que o administra e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos”. As representações de si são evocadas a partir de uma ação reflexiva na qual a negação do outro é a afirmação do eu enunciativo. O enunciador afirma ser o que o outro não é. A evocação de estratégias argumentativas visa a legitimar as ideias defendidas e buscar a adesão dos leitores e anunciantes.

Nos discursos analisados, a emoção funciona como uma representação social, originando-se numa “racionalidade subjetiva”. Tal possibilidade faz do enunciador um porta-voz da sociedade, capaz de operacionalizar uma rede discursiva que favoreça o surgimento de adesões e comportamentos positivos frente ao conjunto de ideias formulado.

A intenção de produzir um efeito *pathêmico* pode ser observada constantemente quando o editorialista se apropria da reação emocional da massa em face de um determinado tema (ações do MST, eficiência policial, demagogia econômica), cuja veiculação na imprensa culmina com a publicação de editoriais compondo, assim, a dramaturgia discursiva.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. O Ethos na Intersecção das Disciplinas: Retórica, Pragmática, Sociologia dos Campos. In: Amossy, Ruth (Org.). **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTÓTELES. Definição da retórica e de sua estrutura lógica. In: **Retórica**. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. p.48-58.

CHARAUDEAU, **Pathos e discurso político**. In: Machado, Ida Lúcia et ali (Orgs.). As emoções no discurso. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

JORNAL MEIO NORTE. Disponível em: <http://www.jornalmn.com.br/> Acesso em: 25.02.09

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004

_____. Ethos, Cenografia, Incorporação. In: Ruth Amossy (Org.). **Imagens de si no Discurso: a Construção do Ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOURA, J. B. **Identidade, produção e disputas de sentido nos discursos do PT**. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina – PI.

PERELMAN, C. & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

REBOUL, O. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.